VI EPCT
Encontro de Produção Científica e Tecnológica
24 A 28 DE OUTUBRO DE 2011

# " QUAIS AS CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DAS MULHERES DE HOJE, RESIDENTES NO PARANÁ, QUE FORAM INSERIDAS PRECOCEMENTE NO MERCADO DE TRABALHO: Uma análise da perpetuação da pobreza"

ALMEIDA, Ana Roberta (IC) Administração – Fecilcam, ana_robertaa@hotmail.com

LOPES, Janete Leige (Tide) Economia – Fecilcam, j_llopes@yahoo.com.br

**RESUMO:** No Brasil, embora a Constituição Brasileira, proíba o trabalho infantil, pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que ainda existem mais de 5 milhões de crianças e adolescentes, na faixa etária de 5 a 17 anos, exercendo alguma atividade laboral. Trabalhos da área econômica comprovam uma relação triangular de causa e conseqüência entre pobreza, analfabetismo e trabalho infantil, em que um provoca e sustenta os outros dois. A pobreza, sem dúvida, está na origem do trabalho infantil. Mas o trabalho infantil também gera pobreza, pois as crianças que trabalham continuam pobres e seus filhos vão trabalhar e permanecerem pobres. Além disso, há a possibilidade de um círculo vicioso, no qual trabalho infantil, desemprego e pobreza se alimentam. Em vista disso, o objetivo deste estudo foi o de verificar se a inserção precoce de mulheres paranaenses no mercado de trabalho condenou-as à continuidade de seu estado de pobreza. Apresentando uma análise estatística-descritiva das características sócio-econômicas das mulheres paranaenses,aplicado aos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2009. Os resultados comprovaram que mulheres inseridas precocemente no mercado de trabalho têm maiores chances de ingresso e/ou permanência nas condições de pobreza. Em vista disso, concluiu-se que é de fundamental importância manter e/ou criar, tanto políticas públicas, quanto iniciativas de âmbito privado que tenham como meta o combate ao trabalho infantil em meio à população paranaense. Sugeriu-se, ainda, que estas iniciativas tenham um olhar especialmente voltado para a eliminação do trabalho infantil e da pobreza femininos.

**Palavras-chave:** Trabalho infantil, Mulher Paranaense, Pobreza.

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição brasileira proíbe o trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos, salvo na condição de aprendizes, a partir dos 14 anos. Entretanto o resultado de

muitas pesquisas e estudos já efetuados apontou para o descumprimento dessas leis. Ocorre que a criança que trabalha, diante do desgaste provocado por uma jornada exaustiva, cai num ciclo desestimulante de repetência e acaba por abandonar a escola. O principal problema associado a esta questão é o fato de que um baixo nível de escolaridade mínimo resultará num cidadão sem qualificação profissional, que quando adulto não será absorvido pelo mercado de trabalho e consequentemente contribuirá com o aumento da pobreza.

Muitos autores sugerem, como por exemplo, Lopes & Pontili (2008), um relacionamento entre "anos de estudo" e "renda futura". Para estes autores, quando mais tarde a inserção das pessoas no mercado de trabalho, mais tempo estas terão para se dedicar ao estudo e, portanto, melhor sua renda no futuro.

Nesse sentido este estudo propõe-se apresentar uma análise estatística das características sócio-econômicas das mulheres paranaenses, com o intuito de verificar se a inserção precoce dessas, no mercado de trabalho, sacrificou seu futuro em termos de escolaridade e renda.

Acredita-se que a maioria das mulheres de hoje em situação de pobreza ou indigência, foram as que iniciaram sua vida profissional ainda em sua fase criança ou adolescência.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Apesar de não ser um problema recente, no Brasil, somente durante o período colonial é que o trabalho infantil passou a ser alvo de constantes discussões, devido à inserção de crianças negras e índias aos rigores do trabalho escravo. Além disso, mesmo com os muitos avanços trazidos pela industrialização, a participação das crianças nos processos produtivos se manteve praticamente intacta quando comparada as estruturas do período escravagista (MTE, 2004).

De acordo com Lopes, Souza e Pontili (2008), diversos especialistas vêm aprofundando as discussões acerca dos motivos pelos quais as crianças foram inseridas precocemente no mercado de trabalho, pois esse fator não afeta somente a vida das

crianças, mas acima de tudo a sociedade em geral, uma vez que essas crianças, quando adultas, terão seu futuro comprometido em termos de renda e escolaridade. Isto porque, quando uma criança é inserida precocemente no mercado de trabalho, na grande maioria das vezes, a educação é colocada em segundo plano. O baixo nível de escolaridade acarretará na baixa remuneração, no futuro.

Tem-se, também, que a pobreza é apontada por muitos estudiosos como o principal motivo da inserção precoce do mercado de trabalho. Para Satyarthi (2006) existe uma relação triangular de causa e conseqüência. Numa ponta está a pobreza; na outra, o analfabetismo; e, na terceira, o trabalho infantil. A pobreza, sem dúvida, está na origem do trabalho infantil. Mas o trabalho infantil também gera pobreza, pois as crianças que trabalham continuam pobres e seus filhos irão trabalhar e perpetuar este ciclo de pobreza. O mesmo fato se repete com a educação, pois ao observar a pobreza e o analfabetismo, vê-se que não é a pobreza que gera o analfabetismo, mas existe sim uma relação, na qual um fenômeno se agrava e dá continuidade ao outro.

De acordo com o MTE (2000), para a sociedade brasileira, existem duas visões em relação à pobreza como principal causa do trabalho precoce: a) o trabalho como alternativa benéfica contra a marginalidade, entre outras atividades ilícitas, tendo-se a visão de que um cidadão inserido no trabalho precocemente estaria adiantando o aprendizado que envolve responsabilidade, disciplina e socialização. Esses são os fatores que corroboram com o mito alimentado pelo censo comum de que: “é melhor a criança trabalhar do que roubar”, contudo, esse pensamento deixa de lado os impactos negativos gerados na vida das crianças que trabalham; b) acaba por haver uma separação entre o trabalho e a educação e, muitas vezes, a educação é deixada de lado, isso quando não é abandonada. Na atualidade se faz desnecessário enfatizar a grande importância da educação, uma vez que os altos índices de desemprego são formados por pessoas com poucos anos de estudo e, ao observar-se um trabalhador que possui baixa qualificação, esta acarreta em uma baixa remuneração.

Menezes Neto (2002) expõe que por muito tempo, no Brasil, o trabalho exercido por menores de idade era encarado como uma maneira de atenuar os efeitos perversos da pobreza, visto que para uma sociedade em geral, esta inserção era justificada pelas dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias. Deste modo, ao ingressar precocemente no mercado de trabalho, a criança estaria colaborando com a renda de sua família, como

também estaria se mantendo afastada da marginalidade, o que lhe asseguraria melhores condições para o seu futuro. Schwartzman (2001) ratifica este

pensamento ao assegurar que grande parte do trabalho infanto-juvenil no Brasil está fortemente ligado às condições de renda de sua família, uma vez que a contribuição para a renda familiar pode ser de extrema importância a sobrevivência das mesmas.

Kassouf (2002), ao analisar o trabalho infantil no Brasil, verificou que os adultos que faziam parte do contingente de jovens introduzidos precocemente no mercado de trabalho possuíam uma baixa renda em função de sua inserção em atividades que não exigiam conhecimentos ou habilidades. Isto, consequentemente, minimizou suas oportunidades de melhores salários.

No que diz respeito à ligação entre trabalho infantil e escolaridade, ressalta-se que, para Schultz (1973), a escola é de suma importância para o desenvolvimento da vida do individuo visto que a ela cabe produzir instrução, o que possibilitará as oportunidades de elevação de rendas futuras. Entretanto, o abandono da escola está diretamente ligado à inserção precoce no mercado de trabalho. Isto porque, na busca de melhorias para a renda familiar, muitas crianças e adolescentes deixam a escola, o que pode condicioná-las a um estado de pobreza permanente (DIAS e DIAS, 1999; FERREIRA, 2005; BASU e TZNNATOS, 2003). Além do mais, em decorrência dos baixos níveis de educação e qualificação há uma dificuldade na permanência desses jovens no mercado de trabalho (FLORI, 2003). Para Gali (2001) a criança, ao realizar atividades que deveriam ser desempenhadas por adultos, acaba por promover um impacto negativo sobre a oferta de emprego de um país, o que pode afetar o crescimento de longo prazo.

Em vista do exposto, o objetivo deste trabalho foi o de verificar se a inserção precoce no mercado de trabalho teve influência sobre o estado de pobreza da mulher paranaense. Para tanto, fez-se uma análise estatistica descritiva, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do ano 2009. Em complemento, analisaram-se algumas características sociais e econômicas das mulheres trabalhadoras do Paraná, a fim de comparar aquelas em estado de pobreza, com aquelas pertencentes a famílias de renda mais elevada.

## 4. METODOLOGIA

Embora a pobreza seja reconhecidamente uma síndrome de carências diversas, neste estudo pobreza e indigência estarão associadas somente à ocorrência de renda baixa, mais especificamente a níveis de renda considerados insuficientes para atender às necessidades básicas de um indivíduo. Para Loureiro e Suliano (2009, p. 5) "um indivíduo é considerado pobre se este possui renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo. Esta definição de pobreza é amplamente utilizada como critério de concessão de benefícios para programas governamentais voltados para a população vulnerável. Já a linha de indigência é definida em um quarto de um salário mínimo por mês".

Em vista disso, o trabalho aqui desenvolvido selecionou a população feminina trabalhadora, com idade entre 18 e 70 anos e também as características dessa população que seriam objeto de estudo. Verificou-se a renda recebida por essas mulheres no mercado de trabalho, sua renda familiar *per capita*, seu nível de escolaridade em número de anos de estudo, sua idade, sua cor ou raça, o setor de atividade em que estavam inseridas, seu local de residência e, para finalizar, a idade com que as mesmas iniciaram suas atividades laborais. Para a seleção destas informações, a base de dados escolhida foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ressalta-se que a PNAD refere-se a um sistema de pesquisas domiciliares que foi implantado a partir de 1967 com a finalidade de produzir informações básicas, que permitam estudar o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Desde 1971, os levantamentos da PNAD são anuais, com realização no último trimestre de cada ano e, para o trabalho aqui apresentado escolheu-se a base de dados pesquisada no ano 2009.

A metodologia da presente pesquisa baseou-se na inferência estatística, a qual "baseando-se em resultados obtidos da análise de uma amostra da população, procura inferir, induzir ou estimar as leis de comportamento da população da qual a amostra foi retirada" (MARTINS e DONAIRE, 1988, p. 18).

Tomada esta decisão, da PNAD de 2009 foram selecionadas as observações referentes ao Estado do Paraná. Destas, identificou-se as mulheres com idade entre 18 e 70 anos, que declararam estar. A partir disso, foi possível elaborar os gráficos apresentados na

próxima seção, que permitem analisar o perfil socioeconômico das mulheres trabalhadoras do Paraná.

## 5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Esta seção tem por objetivo apresentar, através de uma análise estatística, o quadro socioeconômico das mulheres paranaenses, inseridas precocemente no mercado de trabalho.

O gráfico 1 apresenta a população total do Paraná, de acordo com o sexo. Nota-se, assim, que o estado possui uma população de 10.699.883 habitantes, sendo 5.185.636 homens e 5.514.247 mulheres, ou seja, 48,46% e 51,54% de homens e mulheres, respectivamente.

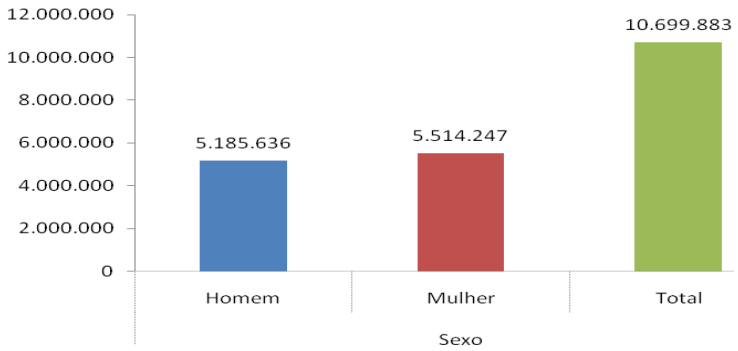


**Gráfico 1:** População total do Paraná, segundo o sexo - 2009.
Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD/2009.

O gráfico 2, mostra a população do Paraná com idade entre 18 a 70 anos. Dos 10.699.883 pessoas residentes no estado, 7.166.710, tem idade entre 18 e 70 anos, dos quais 47,88% são homens e 52,12% são mulheres.

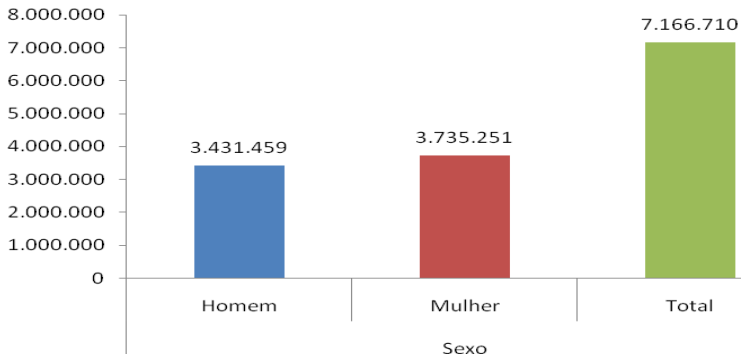


**Gráfico 2:** Total da população paranaense, com idade entre 18 e 70 anos, segundo o sexo - 2009.
Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD/2009.

Em relação ao número total de mulheres trabalhadoras, com idade entre 18 e 70 anos, segundo o fato de estarem trabalhando, ou não, observa-se que de um total de **3.**735.251 mulheres**,** 2.557.228, ou seja, 68,46% declararam estar exercendo alguma atividade laboral e 1.178.023 pessoas disseram não estarem empregadas, o que corresponde a 31,53% dessa população feminina.

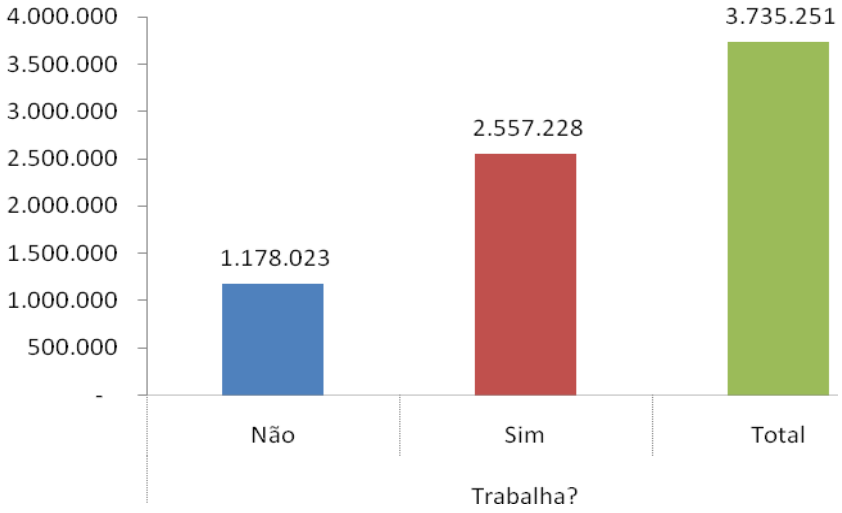


**Gráfico 3:** Total da população feminina do Paraná, com idade entre 18 e 70 anos, segundo o fato de estar trabalhando, ou não - 2009.
Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD/2009.

A partir das análises apresentadas no Gráfico 4 concentra-se a atenção somente na população de mulheres trabalhadoras, com idade entre 18 e 70 anos. Em relação à idade com que estas mulheres começaram a trabalhar, observa-se, no Gráfico 4, que das

2.557.228 mulheres trabalhadoras, 1.979.398, iniciaram sua vida profissional antes dos 17 anos de idade. Ou seja, embora a Constituição Brasileira proíba o ingresso no trabalho antes dos 17 anos, este fato não se verifica na prática para uma grande parte da população. Nota-se, ainda, que 349.288, dessas mulheres iniciaram suas atividades laborais com idade inferior a 9 anos, ou seja, 10% do total de mulheres trabalhadoras. Além disso, 918.867 mulheres já estavam trabalhando com idade entre 10 e 14 anos e 711.243 já faziam parte do mercado de trabalho com idade entre 15 e 17 anos.

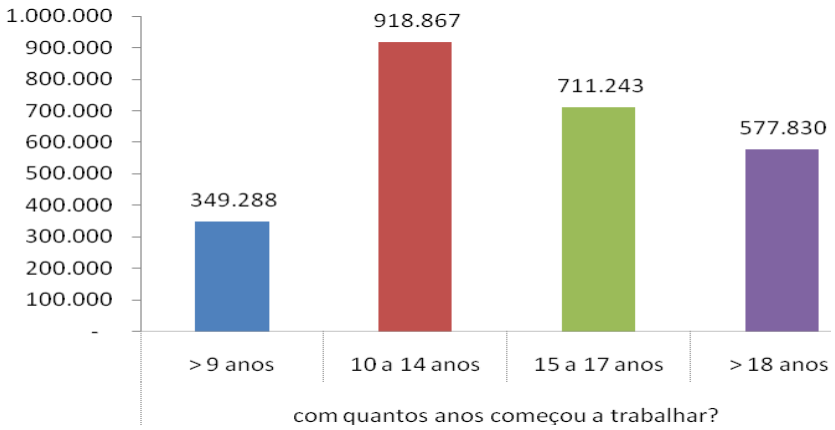


**Gráfico 4:** Total da população feminina trabalhadora, segundo a idade com que começou a trabalhar – Paraná - 2009.
Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD/2009.

Alguns pesquisadores, como por exemplo, Dias e Dias (1999), tem enfatizado que os baixos níveis de escolaridade, que podem ter como causa o ingresso precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, podem obrigar um indivíduo a submeter-se a trabalhos pesados de baixa remuneração, na fase adulta. Levando em consideração esta questão, procurou-se saber qual era a zona de residência das mulheres trabalhadoras do Paraná, levando-se em conta a sua idade de inserção no mercado de trabalho. Partiu-se, assim, do entendimento que seu nível escolar pode ter sido sacrificado em função de sua entrada precoce no mercado de trabalho. Neste caso, acredita-se que hoje estas mulheres desempenhem tarefas que não exijam qualificação. Muitas dessas tarefas são desempenhadas no meio rural.

O gráfico 5, mostra que 25,94% das mulheres que foram inseridas no mercado de trabalho com menos de 9 anos, residem na zona rural, fato este que confirma a discussão

precedente. Em relação as que começaram a trabalhar com idade entre 10 e 14 anos, 19,75% residem na zona rural. O que se observa é que quanto mais cedo essas mulheres foram inseridas no mercado de trabalho, maior o percentual destas vivendo no meio rural. Em relação às mulheres que foram inseridas com 15 anos ou mais, o percentual de mulheres pessoas vivendo na zona rural diminui para 6,61%, sendo ainda menor entre aquelas que se inseriram no mercado de trabalho com mais de 18 anos (5,43%). Partindo-se do entendimento que as melhores oportunidades de empregos são ofertadas nos centros urbanos, nota-se que o ingresso tardio no mercado de trabalho constituiu-se em resultado positivo para a vida destas mulheres.

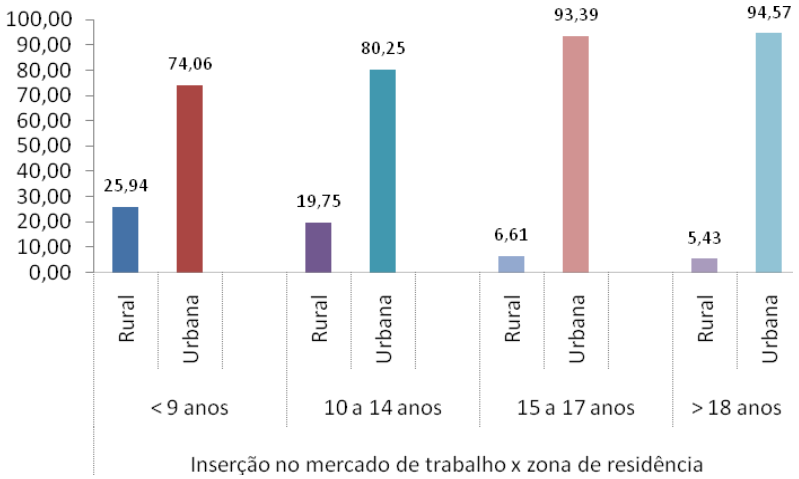


**Gráfico 5:** Total da população feminina trabalhadora, segundo a idade com que começou a trabalhar e a zona de residência – Paraná - 2009.
Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD/2009.

Outra variável de interesse pesquisada neste estudo foi a raça ou cor declarada pelas mulheres no momento da pesquisa e o gráfico 6 apresenta estes resultados. Nota-se, deste modo, que independente da idade com que estas começaram a trabalhar, predomina as cores branca e parda, respectivamente.

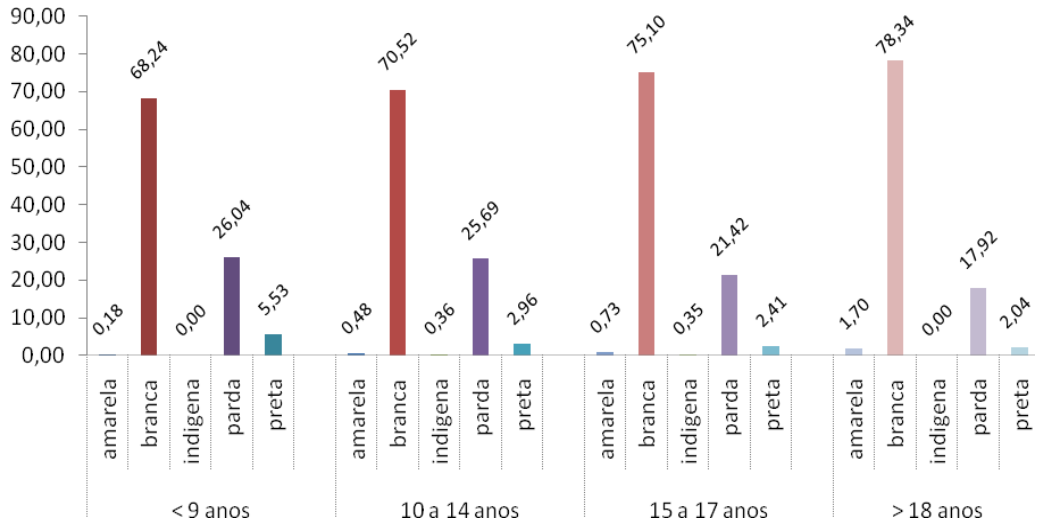


**Gráfico 6:** Total da população feminina trabalhadora, segundo a idade com que começou a trabalhar e a cor ou raça - Paraná - 2009.
Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD/2009.

Com relação ao setor de atividade no qual as mulheres trabalhadoras estão inseridas, pode-se constatar, através do gráfico 7, que 26,91%, das que começaram a trabalhar com menos de nove anos, desenvolvem atividades no setor agrícola. Além disso, o serviço doméstico está em segundo lugar, compondo 23,08% das mulheres que começaram a trabalhar com menos de 9 anos. O que também se observa é que conforme aumenta a idade de entrada no mercado de trabalho, diminui o percentual de mulheres trabalhando no ramo agrícola, havendo um aumento no percentual de mulheres inseridas nos ramos do comércio e serviço social.

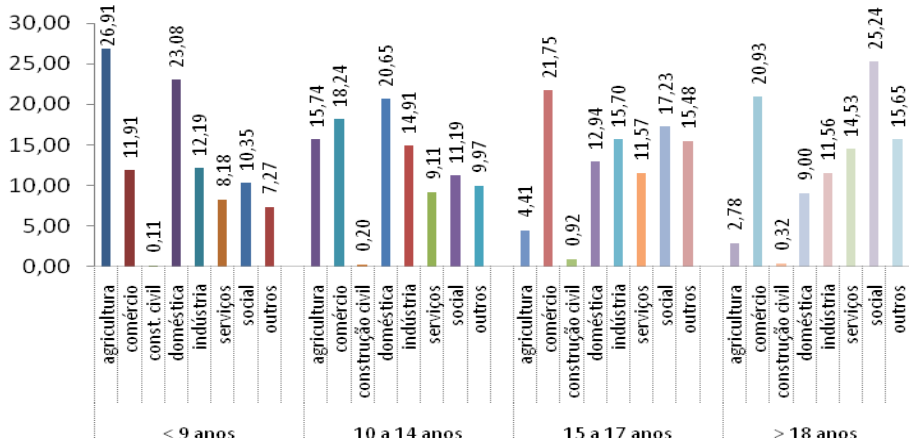

**Gráfico 7:** Total da população feminina trabalhadora, de acordo com a o ramo de atividade e a idade com que foi inserida no mercado de trabalho – Paraná - 2009.
Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD/2009.

Concentrando a atenção na população feminina trabalhadora do Paraná, segundo a idade com que esta começou a trabalhar e número de anos de estudo, o gráfico 8 que estes dois fatores estão inter-relacionados. Observa-se, assim, que 12,16% das mulheres que começaram a trabalhar com até nove anos não possuem instrução alguma. Esses índices vão decrescendo conforme aumenta a idade de ingresso nas atividades laborais, sendo de 7,39% para aquelas que começaram a trabalhar com idade entre dez e quatorze anos. Para quem ingressou no trabalho com idade entre 15 e 17 anos, apenas 3,58% nunca tinham estudado.

Quando se observa o nível de escolaridade correspondente ao intervalo de 1 a 4 anos de estudos, contata-se que 35,50% das mulheres que começaram a trabalhar com menos de 9 anos tem esse nível de ensino. Este percentual cai para 23,63% das que iniciaram sua vida profissional com idade de 10 a 14 anos e 8,13% das que entraram no mercado de trabalho com idade de 15 a 17 anos.

Nota-se que quanto mais cedo estas mulheres começaram a trabalhar, mais baixos são os níveis de escolaridade e quanto mais tarde se deu sua inserção no mercado de trabalho, mais altos são os níveis de escolaridade. Tal fato já foi apontado por diversos pesquisadores da área de economia, para os quais a inserção precoce no mercado de trabalho ocorre, na maioria das vezes, em detrimento a escola.

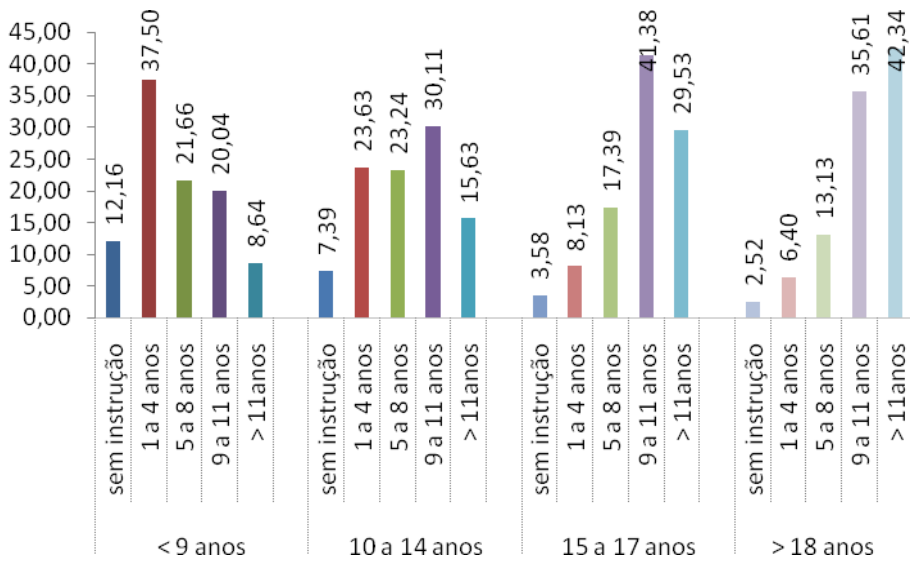

**Gráfico 8:** Total da população feminina trabalhadora, segundo a idade com que começou a trabalhar e o número de anos de estudo – Paraná - 2009.
Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD/2009.

No gráfico 9 pode-se observar que quanto mais cedo uma mulher foi inserida no mercado de trabalho menor é sua renda. Chama a atenção o fato de que 42,70% das mulheres que foram inseridas com até nove anos no mercado de trabalho possuem uma renda inferior a meio salário mínimo. Ao ter sido exposta a esta realidade com idade entre 10 e 14 anos esse percentual cai para 30,81% e para 20,18% quando a inserção precoce no trabalho aconteceu com idade de 15 a 17 anos. Observa-se, assim, que os níveis salariais

aumentam com a idade de ingresso no mercado de trabalho. Confirma-se, também, que a inserção no trabalho infantil é fator preponderante para o nível de renda adquirido pela mulher paranaense ao longo de sua vida laboral.

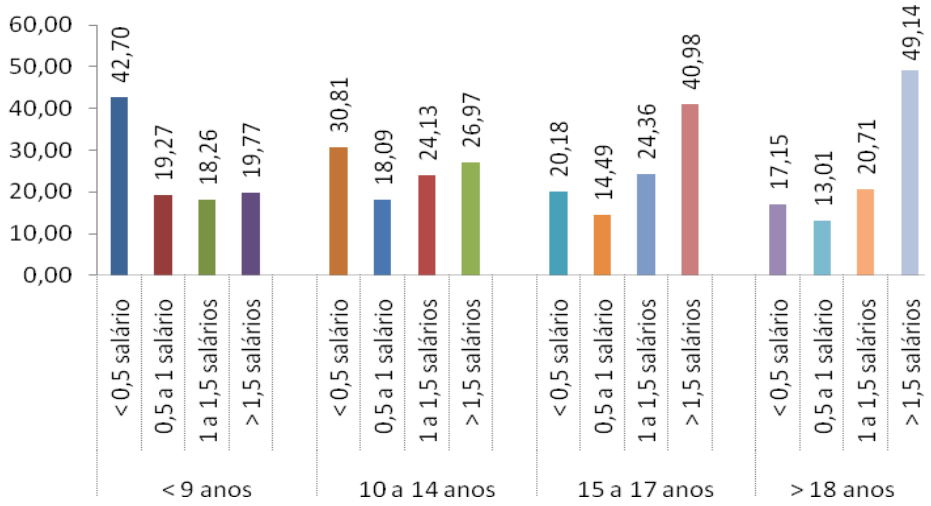


**Gráfico 9:** Total da população feminina trabalhadora, segundo a idade com que começou a trabalhar e o salário recebido no mercado de trabalho - 2009.
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/2009.

Finalmente, este estudo apresenta, no gráfico 10, o percentual de mulheres trabalhadoras vivendo em situação de pobreza e indigência. Observa-se que, das mulheres que iniciaram sua vida profissional antes dos 9 anos de idade, 3,95% estão vivendo em

situação de indigência e 8,49% em situação de pobreza. Quando se considerada a entrada no mercado de trabalho com idade entre 10 a 14 anos, nota-se que os percentuais de mulheres trabalhadoras vivendo em situação de indigência e pobreza, caem para 3,41% e 3,97%, respectivamente. Estes percentuais caem mais ainda quando a entrada no mercado de trabalho se dá com idade entre 15 e 17 anos. Para aquelas que começaram a trabalhar com mais de 18 anos tem-se que 2,19% são indigentes e 1,87% são pobres.

Confirma-se aqui, um fato já destacado por vários pesquisadores sobre o círculo vicioso da pobreza, no que vale destacar novamente o comentário feito por Satyarthi (2006), segundo o qual a pobreza, sem dúvida, está na origem do trabalho infantil, mas o trabalho infantil também gera pobreza, pois as crianças que trabalham continuam pobres e seus filhos irão trabalhar e perpetuar este ciclo de pobreza.

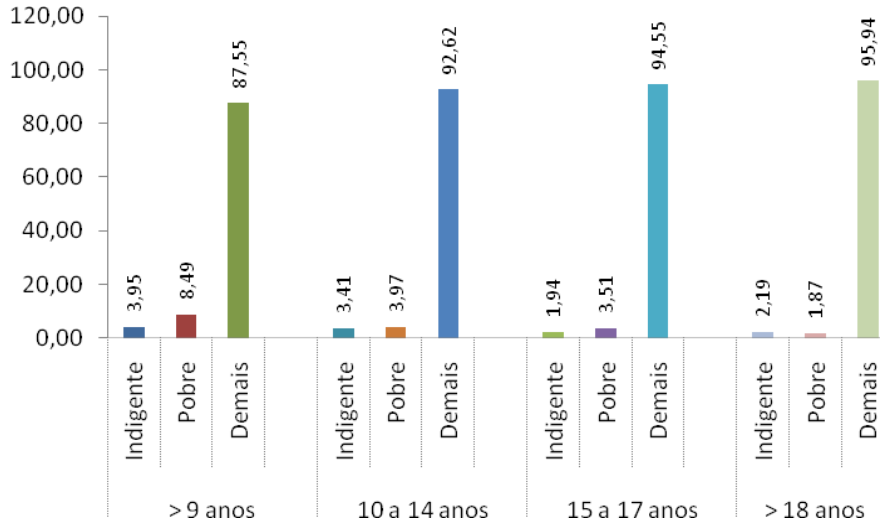


**Gráfico 10:** Total de mulheres trabalhadoras segundo a idade com que começaram a trabalhar e as condições de pobreza e indigência – Paraná - 2009.
Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD/2009.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta inicial desta pesquisa consistiu em verificar se a inserção precoce no mercado de trabalho teve influência sobre o estado de pobreza da mulher paranaense. Partindo desta ideia, , fizeram-se análises estatísticas descritivas de algumas características socioeconômicas da mulher trabalhadora do Paraná, com idade entre 18 e 70 anos.

Percebeu-se, assim, que de um total de 2.557.228 mulheres trabalhadoras, no Paraná, 101.847 pertencem à população pobre e 71.642 estão em situação de indigência, o que é um dado preocupante, uma vez que reduzir e eliminar a pobreza são condicionantes para alcançar o desenvolvimento econômico de uma nação.

Com relação à probabilidade de pertencimento à população pobre ou indigente, verificou-se que mulheres moradoras da zona rural têm maiores chances de serem pobres, em comparação com seus pares. O nível de escolaridade também tem forte influência sobre esta probabilidade, tendo-se comprovado que mulheres mais escolarizadas têm menores chances de ingressarem ou permanecerem nas condições de pobreza e indigência. Dado que se observaram somente mulheres trabalhadoras, acredita-se que aquelas com maior nível de escolaridade tenham melhores oportunidades de empregos com maior renda, o que lhes dá condições de manterem uma vida digna e com maior bem-estar econômico e social

Com relação ao trabalho infantil, foi possível comprovar seu efeito negativo sobre a vida da trabalhadora paranaense. Isto porque, mulheres que se inseriram no mercado de trabalho com idade inferior a dez anos, ou com idade entre 10 e 14 anos, tem maior probabilidade de permanecerem pobres, ao longo de sua vida produtiva, quando comparadas àquelas que começaram a trabalhar com uma idade mais elevada. Uma vez que a pobreza e a baixa renda familiar são as principais justificativas para inserir as crianças no mercado de trabalho precocemente, tem-se aqui, a comprovação de um ciclo de auto-alimentação entre trabalho infantil e pobreza. Ou seja, meninas pobres, que iniciam suas atividades laborais precocemente, têm uma redução nas chances de serem adultas bem escolarizadas. Com isso, permanecem como trabalhadoras em atividades mal remuneradas e tem aumentada a probabilidade de permanecerem pobres.

Em vista disso, sugere-se a elaboração e/ou manutenção de políticas públicas ou iniciativas de âmbito privado que conduzam a redução e consequente eliminação do trabalho infantil, bem como ao constante aumento do nível de escolaridade da população

paranaense. De modo especial, sugere-se que estas políticas sejam voltadas para a melhoria das condições de trabalho e renda das mulheres.

## 7. REFERÊNCIAS

BASU, K.; TZANNATOS, Z. The global child labor problem: what do we know and what can we do? **The world bank economic review,** v. 17, n. 2, p. 147-173, 2003.

DIAS, J.; DIAS, M. H. A. **Crescimento econômico, emprego e educação em uma economia globalizada**. Maringá: Eduem, 1999.

FERREIRA, J. C. **Trabalho infantil e a luta contra a miséria**. OIT: Brasília, 2005. Disponível em: <http;//www.oitbrasil.org.br/news/ artigos/ler_artigos.php?id=661>. Acesso em: 14 abr. 2011.

FLORI, P. M. **Desemprego de jovens:** um estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho juvenil brasileiro. São Paulo: FEA/USP, 2003.

GALI, R. The economic impact of child labor. **Discussion Paper nº 128/2001**.

GREENE, W.H. **Econometric analysis**. New York: Macmillan Publishing Company, 2003. 791p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.org.br>. Acesso em: 14 abr. 2011.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2008: microdados. 1 CD-ROM.

KASSOUF, A. L. **Aspectos Sócio-econômicos do Trabalho Infantil no Brasil.** Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002. 124p.

LOPES, J. L. ; SOUZA, E. L. C. ; PONTILI, R. M. . **Trabalho infantil e sua influência sobre a renda e a escolaridade da população trabalhadora do Paraná**. In: VI Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação no século XXI, 2008, Marília- SP. VI Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação no século XXI, 2008.

LOUREIRO, A. O. F. & SULIANO, D. C. **As principais linhas de pobreza utilizadas no brasil**. Disponível em: www.ipece.ce.gov.br. Acesso em: maio/2011.

MARTINS, Gilberto de Andrade; DONAIRE, Denis. **Princípios de estatística.** São Paulo: Atlas, 1988.

MENEZES NETO, J. Análise de impacto do programa de erradicação do trabalho infantil-PETI, quanto aos seus objetivos e resultados para o qual foi concedido. 2002. 55 p. Dissertação (Especialização em políticas pública) - Universidade de Brasília - Núcleo de estudos de políticas pública. Brasília, 2002.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2004. 82p.

MTE/SIT/DSST - Ministério do Trabalho e Emprego / SIT / Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho. **Nota técnica à portaria Nº 06 DE 18/02/2000**, p. 18-36.

SATYARTHI, K. Entrevista concedida à repórter Lia Vasconcelos. **Desafios ao Desenvolvimento**. Revista mensal de informações e debates do IPEA e do PNUD, ed. 26, dez. 2006. Disponível em: **<**http://desafios2.ipea.gov.br/desafios/edicoes/26/artigo29574-3.php>. Acesso em 14 ago. 2011.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano**: investimentos em educação e pesquisa. Trad. de M. A. de M. Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 250p.

SCHWARTZMAN, S. **Trabalho Infantil no Brasil**. Brasília: OIT, 2001.